

A VONTADE COMO AÇÃO LIVRE E O PROBLEMA DA LIBERDADE EM SANTO AGOSTINHO

*Luciano da Rosa Ramires**

Resumo: O presente trabalho visa fazer uma reflexão sobre a faculdade da vontade, essencialmente criadora e livre, e o problema da liberdade em Santo Agostinho. Contrário a explicação dualista maniqueísta, na qual o homem, possuidor de duas almas sendo uma presidida pelo princípio do bem e outra pelo princípio do mal, não é livre nem responsável pelo mal que faz, sendo-lhe este imposto, Agostinho acredita que o homem é dotado da faculdade da vontade, a qual intervém em todos os atos do espírito e constitui o centro da personalidade humana. Deste modo, a vida moral se traduz numa sequência de atos individuais de escolha, sendo que cada um deles implica uma tomada de posição em face as coisas. O homem pela vontade, essencialmente criadora e livre, como conhecedor da justa ordem, escolhe dentre as coisas que o rodeiam, algumas para serem gozadas e outras apenas para serem usadas. Desta forma, a nossa conduta, o poder de agir como queremos é, diferentemente da ideia maniqueísta, uma decisão soberana, um arbítrio, pois, nada pode forçosamente conduzir o homem as más ações, podendo apenas tentá-lo ou seduzi-lo, mas não obrigá-lo a seguir-lhe, cabendo, assim ao homem julgar e escolher por livre-arbítrio. Contudo, esse poder de escolha ainda não é, para Santo Agostinho, a liberdade, pois essa se dá somente quando a vontade se volta para o bem.

Palavras-chave: Santo Agostinho, vontade, liberdade.

Introdução

Se considerarmos a história identificamos duas fontes originárias que orientaram e orientam ética e moralmente as sociedades até os dias de hoje: as religiões e a razão.

Samuel Huntington (1997) reconhece explicitamente em uma de suas maiores obras que no mundo moderno, a religião é uma força central, ou

* Pós – graduado, nível especialização, em filosofia moral e política. Professor da rede municipal de São Lourenço do Sul – SMECD.

ainda, em última análise o que conta para a maioria das pessoas não é a ideologia política nem o interesse econômico, mas aquilo com que as pessoas se identificam são as convicções religiosas, a família e os credos.

Outro importante pensador, Hans Küng afirma que as religiões conseguem com outra autoridade e força de convencimento, diversas daquelas dos políticos, juristas e filósofos, conferir valor as máximas fundamentais da humanidade. Todas as grandes religiões propõem normas éticas fundamentais e máximas orientadoras.

Dada a relevância das religiões na reflexão sobre o agir humano, destaca-se também o pensamento de Santo Agostinho, um dos pensadores que mais influenciou a concepção cristã.

Ícone do pensamento cristão, o Bispo de Hipona foi, conforme Hannah Arendt (1995, p. 248), o primeiro pensador que se voltou para a religião em função de perplexidades filosóficas.

Além disso, diversos autores apontam o Santo Agostinho como o descobridor da ideia de vontade, ou pelo menos de uma vontade em conflito na qual se decide a vida moral do agente.

O artigo traz uma reflexão sobre a questão da vontade e o problema da liberdade em Santo Agostinho, abordando em especial a obra *O livre-Arbitrio*. Para isso o artigo foi dividido em três pontos: uma breve análise panorâmica da história de Agostinho enquanto homem e pensador; posteriormente uma abordagem mais específica da questão da vontade em Santo Agostinho; e por fim uma reflexão sobre o problema da liberdade.

1 – Santo Agostinho

Aurelius Augustinus, ou Santo Agostinho, nasceu no dia 13 de novembro de 354, em Tagaste, na província romana de Numídia. É autor de

uma vasta obra nas quais se destacam: *Contra os Acadêmicos* e *Dialogo sobre a Felicidade* (386), *Soliloquios* (387), *O Livre-Arbitrio* (388 – 395), *De Magistro* (389), *Confissões* (400), *A cidade de Deus* (413 – 426), *Retratações* (413 – 426).

A vida de Agostinho foi minuciosamente contada por ele mesmo na primeira autobiografia – *Confissões*.

Agostinho deixou-se seduzir pelo maniqueísmo, seita fundada pelo sábio persa Mani e que afirmava a existência de dois princípios que governavam o mundo: o bem e o mal.

Porém, após um frustrante encontro com Fausto, um dos chefes da seita maniqueia e homem louvado por sua sabedoria, Agostinho vai afastando-se da seita pouco a pouco, e seguindo a sua trajetória vai ao encontro das palavras de Santo Ambrósio e da filosofia neoplatônica, até a sua conversão ao cristianismo, em 386.

2 – A questão da vontade em Santo Agostinho

As reflexões de Santo Agostinho sobre a vontade perpassam todas as suas obras. Sendo que as formas como Agostinho utiliza o termo pode por vezes tomar diferentes significados, dependendo assim do contexto em que esta sendo empregado.

No intuito de delimitar o tema, o artigo se limitará a investigar a questão da vontade na obra *De libero arbitrio*, na qual Agostinho aborda os temas: a origem do mal e a natureza da vontade humana.

Agostinho parte do pressuposto de que a existência da mente no homem permite que este subjuga o desejo desmedido (paixão) e o domine, uma vez que a mente é hierarquicamente superior ao corpo que sente o desejo. Daí decorre que a mente se subjuga à paixão apenas voluntariamente e por intermédio do livre arbítrio.

Logo, só me resta concluir: se, de um lado, tudo o que é igual ou superior a mente que exerce seu natural senhorio e acha-se dotada de virtude não pode fazer dela escrava da paixão, por causa da justiça, por outro lado, tudo o que lhe é inferior tampouco o pode, por causa dessa mesma inferioridade, como demonstram as constatações precedentes. Portanto não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbitrio. (AGOSTINHO, 1997, I, 11a, 21c).

A partir da constatação de que todo ser humano é dotado de uma vontade livre, Agostinho distingue entre boa e má vontade. Para o Bispo de Hipona a boa vontade é aquela pela qual desejamos viver reta e honestamente e alcançar a suprema sabedoria, porém a vontade humana não está forçosamente direcionada para o Bem Supremo e para a felicidade, há liberdade para o agente orientá-la em outra direção.

Para Santo Agostinho, a boa vontade é identificada com as virtudes cardinais, ou seja, possuir boa vontade é possuir prudência, fortaleza, temperança e justiça.

Contudo, um outro problema é levantado, se todos desejam ser felizes e podem ser voluntariamente, porque muitos não a obtém? Agostinho explica que todos querem ser felizes, no entanto, há vias distintas de buscar essa felicidade. Ela pode ser buscada da maneira correta, pela boa vontade, ou da maneira errada, pela má vontade. Para Agostinho é impossível atingir a vida feliz sem viver reta e honestamente, porém há pessoas que querem ser felizes, mas, ao mesmo tempo, querem continuar a viver mal, e assim a sua felicidade lhes escapa porque procuram no mundo mutável e temporário algo imutável e eterno.

Dada a distinção da boa e má vontade, Agostinho explica a existência de duas leis: a temporal e a eterna. A lei temporal é mutável de acordo com a época, os costumes e os povos, e limita-se a punir atos injustos pelos quais os

homens de má vontade procuram os bens materiais, pois pensam serem esses garantia de felicidade. Portanto ela não transforma a má vontade em boa vontade e nem sequer pune o erro de atribuir à felicidade a classe errada de bens. Já a lei eterna, conclama a procurar os bens eternos e espirituais e deixar de lado os bens temporais. Para Agostinho aquele que se liga a lei eterna não precisa ser contido pela lei temporal, pois fará, inclusive, mais do que a lei temporal determina, por sua vontade estar corretamente ordenada para os bens eternos.

Assim, apesar do homem ser ontologicamente um ser para Deus, ele é um ser concreto que vive em meio aos bens materiais o que o coloca em meio a um conflito. Aliás, algo vivido pelo próprio Agostinho, o desejo de servir a Deus e o desejo de entregar-se ao mundo.

Contudo Agostinho não condena a matéria, como faziam os Maniqueus, ao contrario, ele reafirma sua convicção na bondade dos bens materiais e no erro do seu uso. Conforme Costa (2002) a vida moral se traduz numa sequencia de atos individuais de escolha, sendo que cada um deles implica uma tomada de posição em face as coisas, ou seja, o homem pela vontade livre, como conhecedor da justa ordem escolhe dentre as coisas que os rodeiam, algumas para serem usadas outras para serem gozadas.

Ou seja, a nossa conduta o poder de agir como queremos é uma decisão soberana, um arbítrio, pois nada pode forçosamente conduzir o homem as más ações, podendo apenas tenta-lo ou seduzi-lo, mas não obriga-lo a seguir-lhe, cabendo assim ao homem julgar e escolher por livre-arbítrio.

A lógica agostiniana é que se a vontade não é livre, não há como atribuir-lhe valor moral, afinal bem agir é escolher o bem mesmo tendo a possibilidade de agir mal. Se não há escolha, não há valor moral na ação.

No diálogo de Agostinho com Evódio, no livro III da obra *Livre Arbítrio*, Evódio diz que gostaria de ser feliz naquele exato momento, mas não consegue ser, ao que Agostinho lhe responde que querer não é poder .

Segundo Arendt (1995, p. 251), as reflexões paralelas, como a das duas leis e das duas vontades, são interferências do pensamento de São Paulo, entretanto Agostinho toma cuidado para evitar cair no Maniqueísmo, que ensina que dois princípios antagônicos governam o mundo, um bom e um mau. Para ele, agora, há somente uma lei, e o primeiro insight é – querer e poder não são o mesmo.

Apesar de Arendt ressaltar que querer e poder não são iguais, ela reconhece que é preciso que a vontade esteja presente para que o poder seja produtivo.

Conforme Agostinho (1997, III, 3, 8):

Entretanto, quando queremos, se a própria vontade nos faltasse, evidentemente não o quereríamos. Mas se, por impossível, acontecer que queiramos sem o querer, está claro que a vontade não falta a quem quer. E nada mais está tanto em nosso poder, quando temos a nossa disposição o que queremos. Consequentemente, nossa vontade sequer seria mais vontade, se não estivesse em nosso poder. Ora, por isso mesmo, por ela estar em nosso poder, é que ela é livre para nós. Pois é claro que aquilo que não é livre para nós é o que não está em nosso poder, ou que não se encontra a nossa disposição.

A questão da vontade e do poder são manifestações que aparecem como fonte das nossas ações. A vontade aqui aparece como um movimento livre que surge como a possibilidade de potencializar as ações humanas entre o querer e o não querer.

Essa liberdade da vontade, fundada numa força interior de afirmação ou negação, é, segundo Hornich (2009), uma novidade no mundo Antigo, pois a liberdade era entendida simplesmente como uma relação de ir e vir na polis

grega ou na urbes romana, a liberdade não era um problema relacionado com a vontade.

Esse movimento livre da vontade, que lança o homem no espaço das escolhas e do poder de querer ou não querer é para Etienne Gilson o pleno exercício da liberdade, que é uma das noções mais importantes para o pensamento medieval:

Uma vontade é livre em vários sentidos diferentes; mas ela o é antes de mais nada pelo fato de que pode querer ou não querer, exercer seu ato ou não exercê-lo, e essa primeira liberdade lhe é essencial. É o que os filósofos cristãos exprimem positivamente, identificando o livre arbítrio como vontade, ou melhor, como ato de escolher que a vontade exerce; porque quando ela escolhe, ela quer; é ela que quer, mas também poderia não querer. (GILSON, 1995, p. 372 – 373)

Por fim, há uma mudança no conceito de vontade em Santo Agostinho. A questão da vontade passa da visão estoíca do apetite racional como suficiente para atingir a vida feliz a uma visão mais complexa, a qual requer a intervenção divina para subtrair o homem caído.

3 – O problema da liberdade

Apesar da capacidade de escolha entre juízos diferentes aparecer já na filosofia estoíca, a relação explícita entre liberdade e vontade obtém maior importância a partir das reflexões de Santo Agostinho.

A discussão sobre a questão da liberdade, em Santo Agostinho, ganha contornos teológicos. O Bispo de Hipona desenvolve uma teoria da Graça divina, por discordar da suficiência da razão para a felicidade e salvação do homem. Apesar do tom mais filosófico em *Livre-Arbítrio*, percebe-se uma restrição à capacidade humana de atingir a beatitude pelas próprias forças. Agostinho observa nos parágrafos 54 e 55 do livro II de *Livre-Arbítrio* “que o

homem que cáí por si mesmo não pode igualmente se reerguer por si mesmo, tão espontaneamente”, daí a necessidade da Graça divina.

Agostinho identifica a liberdade com a opção de fazer o bem, ou seja, quando se faz bom uso da vontade se chega à Verdade que é Deus. Só assim o homem será verdadeiramente livre. Contudo, o Bispo de Hipona não nega as dificuldades humanas para atingir a beatitude: a ignorância do verdadeiro e a dificuldade em agir corretamente, e é justamente por não negar essas dificuldades que ele faz maior menção a ação indispensável da graça.

Eis que consiste nossa liberdade: estarmos submetidos a essa Verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado. Pois a própria Verdade que se fez homem, conversando com os homens, disse àqueles que nela acreditavam: “Se permanecerdes na minha palavra sereis, em verdade, meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8, 31.32). Com efeito nossa alma nada goza com liberdade se não goza com segurança. (AGOSTINHO, 1997, II, 14, 37).

Daí a afirmação agostiniana da plena liberdade encontrar-se em Deus, ou seja, Agostinho afirma que de nada adiantaria o homem buscar a sua liberdade e sua felicidade no apego a bens materiais que não dependem de nós e que não podemos manter conosco. Mas, a liberdade segura encontra-se na verdade e na sabedoria que o homem só perde por sua vontade.

Ora, ninguém pode viver com segurança no meio de bens que pode vir a perder contra a sua vontade. A verdade e a sabedoria ninguém as pode perder contra a própria vontade. Pois ninguém pode ficar separado delas por distâncias de lugar. O que se pode entender por ficar separado da verdade e da sabedoria será o amor dos bens inferiores. Aliás, ninguém quer alguma coisa sem de fato o querer. (AGOSTINHO, 1997, II, 14, 37).

A liberdade plena, segundo Agostinho, só será possível com ajuda da graça de Deus (diferentemente de Pelágio). Ele entende por graça a disposição

que a vontade tem de agir bem. Para sermos bons necessitamos da força de Deus e, para Agostinho é só nEle que seremos verdadeiramente livres e consequentemente felizes.

Conclusão

A relação entre vontade e liberdade em Santo Agostinho, gerou e gera ainda grandes discussões.

Agostinho valoriza a livre-arbítrio da vontade, contrariando a tese maniqueísta, que tendia a recair sobre Deus a responsabilidade pelo mal e pelo pecado. Porém, a sua valorização a liberdade humana, fez com surgisse a controvérsia com Pelágio, o qual ressalta a liberdade natural de todo homem, minimizando o papel da graça; se o homem tiver força de vontade, querer, ele pode ser salvo. Entretanto, para Agostinho a graça de Deus é uma ação indispensável.

Assim a relação vontade e liberdade em santo Agostinho, passa necessariamente pelo papel da graça. Ou seja, sem a graça de Deus o livre-arbítrio, após o pecado original, não conseguiria se reerguer, ou realizar o bem.

Para Agostinho, a vontade tende a ser má, a colocar a felicidade em objetos sensíveis, mutáveis e temporários. O papel da graça é justamente torná-la boa, ou seja, viver reta e honestamente. Ao eleger o Bem Supremo como meta, o homem atinge a felicidade, pois a Virtude e a Sabedoria, identificadas por Agostinho com Deus, são bens inesgotáveis. E aí consiste também a plena liberdade humana, ou seja, submeter-se ao ordenamento divino, ou ainda, voltar-se para a segurança de algo que o homem só perde por sua própria vontade.

Referências bibliográficas:

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AGOSTINHO, S. *O Livre-Arbitrio*. Tradução Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A vida do Espírito: o pensar, o querer e o julgar*. Tradução de Antonio Abranches, Cesar Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1995.
- GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HORNICH, D. “Hannah Arendt e o problema da vontade em Santo Agostinho”. In: *Synesis*, n. 2. v.1, ano 2009, pp. 25-43 Site: <http://www.ucp.br/html/joomlaBR/synesis.htm>. Acesso em 24 de outubro de 2011.
- HUNTINGTON, P. S. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KÜNG, H. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Vozes, 2001.